

Mercado de trabalho para jovens na zona rural no Sudeste: uma análise por meio dos microdados da PNADc para 2016 e 2024

Labor Market for Young People in Rural Areas of Southeast Brazil: An Analysis Using PNADc Microdata for 2016 and 2024

José Francisco Gimenes de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, São Paulo (SP), Brasil

Angel dos Santos Fachinelli Ferrarini

Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, São Paulo (SP), Brasil

SOBER GT09. Trabalho, emprego, ocupações rurais

Resumo: Este estudo analisa a estrutura do mercado de trabalho juvenil no meio rural da região Sudeste do Brasil, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua para os anos de 2016 e 2024. A pesquisa adota uma abordagem descritiva, utilizando medidas de proporção e rendimentos médios com ponderação amostral, considerando indivíduos ocupados entre 14 e 29 anos. A análise diferencia atividades agrícolas e não agrícolas, bem como a situação do domicílio. Os resultados indicam elevada incidência de informalidade no meio rural, especialmente nas atividades agropecuárias, nas quais predominam vínculos sem carteira assinada. Observa-se redução da formalização entre 2016 e 2024, tanto no meio rural quanto no urbano. No que se refere aos rendimentos, identifica-se crescimento real no período, porém sem redução das desigualdades territoriais. Em todos os setores analisados, os rendimentos urbanos superam os rurais, sugerindo segmentação territorial do mercado de trabalho juvenil. Conclui-se que a inserção ocupacional da juventude rural no Sudeste permanece marcada por elevada informalidade, desigualdades estruturais e persistente segmentação do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Juventude rural, informalidade, mercado de trabalho, desigualdade, PNAD Contínua.

Abstract: This study analyzes the structure of the youth labor market in rural areas of Brazil's Southeast region, based on microdata from the Continuous National Household Sample Survey for the years 2016 and 2024. The research adopts a descriptive approach, using measures of proportion and average income with sample weights, considering employed individuals aged 14 to 29. The analysis differentiates between agricultural and non-agricultural activities, as well as urban and rural residence status. The results indicate a high incidence of informality in rural areas, especially in agricultural activities, where informal employment without a formal work contract predominates. A decline in formalization is observed between 2016 and 2024 in both rural and urban areas. Regarding income, real growth is identified over the period, but without a reduction in territorial inequalities. In all sectors analyzed, urban incomes exceed rural ones, suggesting territorial segmentation of the youth labor market. It is concluded that occupational insertion of rural youth in the Southeast remains marked by high informality, structural inequalities, and persistent labor market segmentation.

Keywords: rural youth, informality, labor market, inequality, PNAD Continuous.

1. Introdução

As transformações recentes do meio rural brasileiro, marcadas por mecanização, integração a cadeias agroindustriais e expansão do agronegócio, têm alterado a estrutura do mercado de trabalho setorial juvenil, suscitando novas discussões. Diante da heterogeneidade econômica regional do país e da profunda desigualdade na distribuição setorial, o presente

estudo se utiliza da região Sudeste considerando a importância da região na economia nacional, bem como da diversidade dos setores produtivos nesta região.

O Sudeste se consolidou, historicamente, como o principal centro industrial, financeiro e de serviços especializados do país, sendo impulsionado pelo estado de São Paulo, que corresponde a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país (Ribeiro et al., 2021). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), cerca de 51,74% da massa de rendimento mensal real¹ de todos os trabalhos da população ocupada está concentrada na região Sudeste. Para além, 43,83% da população com rendimentos nacional se concentram no Sudeste, o que reforça a importância da região para a análise do mercado de trabalho setorial no meio rural.

No Sudeste, há uma concentração expressiva de indústrias e serviços especializados, bem como de mercados de alta competitividade, como o mercado de trabalho e de inserção tecnológica (Sobrinho; Azzoni, 2016). Essa dinâmica tem gerado oportunidades, mas também intensificado as desigualdades, uma vez que a concentração de investimentos favorece a acumulação de capital e a oferta de empregos qualificados, abandonando trabalhadores com menor nível de escolaridade ou experiência (Moser; Theis, 2014).

Outro ponto relevante no estudo sobre o Sudeste é que o estado de São Paulo é reconhecido como o principal motor econômico do Brasil, concentrando uma parte expressiva da produção industrial, do setor de serviços e da inovação tecnológica (Vieira, 2009). Esta transformação é decorrente de um longo período de formação, ondas migratórias e diversidade cultural, o que também afetou o mercado de trabalho na zona rural.

Apesar da força do setor industrial na região, o meio rural tem se mantido relevante economicamente e socialmente. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), a região concentra 18,44% dos estabelecimentos agropecuários do país e responde por 28,22% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua indicam que aproximadamente 2,33 milhões de jovens entre 14 e 29 anos residiam em áreas rurais do Sudeste em 2016 e 1,82 milhões em 2024, redução de aproximadamente 22%.

No meio rural, as transformações recentes do mercado de trabalho têm aprofundado a pluriatividade e a combinação de ocupações agrícolas e não agrícolas (Schneider, 2004). Ao mesmo tempo, persistem desafios relacionados à formalização do trabalho, com elevadas taxas de informalidade e precarização, especialmente entre trabalhadores rurais jovens, negros e

¹ Soma de todos os rendimentos brutos recebidos pelas pessoas ocupadas.

mulheres (Moura et al., 2024). Conforme argumentam Carvalho e Nogueira (2025), a informalidade refere-se predominantemente à ausência de vínculo formal e de proteção legal, enquanto que a precarização constitui um processo mais amplo de deterioração das condições de trabalho. Em economias como a brasileira, marcadas por elevada informalidade estrutural, a distinção entre essas categorias torna-se fundamental estudos contínuos sobre o mercado de trabalho para evitar que a formalização seja interpretada automaticamente como superação da precariedade.

Além disso, a juventude rural apresenta demandas específicas que se contrapõem entre permanecer no meio rural ou migrar para o meio urbano, suscitando a urgência de pesquisas específicas e contínuas no tempo sobre a dinâmica do trabalho juvenil no meio rural (Kummer e Colognese, 2013). Embora existam estudos sobre juventude e mercado de trabalho no Brasil, analisar especificamente a formalização do trabalho juvenil no meio rural da região Sudeste contribui para a identificação das mudanças no mercado de trabalho juvenil do meio rural em uma região com predominância industrial.

Para investigar esta realidade, utiliza-se os microdados PNAD Contínua, que permitem análises detalhadas do mercado de trabalho com representatividade para áreas rurais e urbanas, além de possibilitar o uso de pesos amostrais para estimativas populacionais (IBGE, 2016; 2024). O recorte etário adotado (14 a 29 anos) considera jovens em idade de trabalho permitida (a partir de 14 anos) e adota a idade de 29 anos para a idade limite considerando os descritivos no Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE)², permitindo captar as distintas fases de inserção laboral.

O ano de 2016, neste estudo, representa o período imediatamente anterior à Reforma Trabalhista de 2017 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que introduziu mudanças relevantes nas modalidades contratuais, na flexibilização das jornadas e nas formas de formalização do vínculo empregatício. O ano de 2024 corresponde ao período mais recente com microdados consolidados da PNAD Contínua disponíveis, permitindo avaliar, em perspectiva comparativa, as possíveis transformações ocorridas no meio rural regional. A pergunta que o estudo se propõe a discutir é: Como se caracteriza a estrutura do assalariamento juvenil no meio rural da região Sudeste e quais as desigualdades setoriais, de rendimento e de formalização entre 2016 e 2024?

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar a estrutura do mercado de trabalho e rendimentos do trabalho juvenil no meio rural da região Sudeste do Brasil, a partir

² Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Brasil, 2013).

dos microdados da PNAD Contínua, em perspectiva comparativa entre os anos de 2016 e 2024. O estudo contempla uma discussão por meio das estatísticas descritivas realizadas com cruzamentos de informações. Diante do exposto, o presente estudo está dividido em cinco seções, sendo esta a primeira. A segunda seção aborda o referencial teórico e algumas evidências empíricas sobre a formalização do trabalho juvenil no meio rural. A terceira seção apresenta a base de dados, os recortes realizados para a execução do estudo. A quarta seção apresenta os resultados e discussões sobre a temática e por último as considerações finais.

2. Referencial teórico e evidências empíricas sobre formalização do trabalho juvenil rural

A literatura sobre informalidade no mercado de trabalho pode ser discutida em diferentes frente analíticas e abordagens teóricas, destacando-se a abordagem dualista, em que a informalidade decorre da coexistência entre um setor moderno e um setor tradicional de baixa produtividade. E as abordagens estruturalistas, vinculadas à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), enfatizam a heterogeneidade produtiva e as limitações estruturais das economias periféricas como determinantes da persistência da informalidade. Já interpretações mais recentes sugerem que a informalidade pode também refletir escolhas racionais dos agentes diante dos custos de formalização e da rigidez institucional (Maloney, 2004).

A estrutura do mercado de trabalho resulta em desigualdades persistentes de renda entre agentes de grupos com características distintas como cor, gênero e origem étnica. A informalidade no mercado de trabalho rural é descrita como uma realidade vasta, persistente e intrinsecamente ligada à subsistência de populações vulneráveis em países em desenvolvimento (Ghose, 2017). Longe de ser um fenômeno marginal, a economia informal rural é frequentemente o componente dominante da economia total nessas regiões, sustentando meios de vida através da agricultura, extração de madeira e mineração (Weng, 2015). Na maioria dos países em desenvolvimento, a agricultura permanece majoritariamente dentro do setor informal, contrariando as previsões da teoria do desenvolvimento de que o setor informal desapareceria rapidamente com o crescimento econômico, ele tem diminuído de forma muito lenta (Ghose, 2017).

Bustos et. al (2016) e Alvarez (2020) sugerem que a modernização tecnológica da agropecuária é associada, de um lado, ao aumento da produtividade e à reorganização da estrutura produtiva; de outro, seus efeitos sobre o emprego não são tratados como uma perda

homogênea e inevitável de postos de trabalho. Em vez disso, os autores mostram que os impactos variam conforme o tipo de tecnologia adotada, a cultura analisada e a composição da força de trabalho, de modo que a transformação tecnológica pode reduzir a demanda por certos perfis ocupacionais, ao mesmo tempo em que reestrutura a alocação do trabalho e eleva a eficiência do setor.

Contudo, o que se observa na juventude do meio rural é uma posição particularmente sensível nesse processo e marcada por elevada mobilidade regional entre o meio rural para o urbano. Segundo Castro (2009), a juventude rural no Brasil é frequentemente associada à migração, à invisibilidade social e às difíceis condições de permanência no campo, mas também deve ser entendida como categoria social em disputa, marcada por hierarquias familiares e por esforços de organização coletiva. A principal forma de inserção laboral do jovem rural ocorre dentro da unidade de produção familiar, onde o trabalho é frequentemente desprovido de remuneração direta, muitas vezes percebidos apenas como "trabalhadores em formação" ou "ajudantes", cuja contribuição se dilui na reprodução da unidade doméstica (Kummer; Colognese, 2013).

Moura et al. (2024), ao analisarem os dados da Relação Anual de Informações sociais (RAIS), identificaram tendências de crescimento da formalização juvenil no mercado de trabalho agropecuário brasileiro, mas com acentuadas disparidades regionais e educacionais. Os autores também discutem que a participação dos jovens no mercado formal agropecuário ocorre, em grande medida, sob condições desiguais, caracterizadas por menores remunerações relativas e maior rotatividade, sugerindo a persistência de limitações estruturais à integração dessa faixa etária no setor. Castro (2009) descreve que a pressão por renda empurra os jovens para o mercado de trabalho urbano em condições desvantajosas, muitas vezes em funções de baixa qualificação e sem garantias.

A desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro também é um fenômeno discutido na literatura empírica. Ney e Hoffmann (2003) analisaram os determinantes da renda dentro do setor agrícola, com foco em 2001, sugerindo que devido à importância do capital físico na geração de renda agrícola, políticas de redistribuição de terras (como a reforma agrária) seriam fundamentais para reduzir a desigualdade de rendimentos no setor. Em Hoffmann (2011) discutiu-se como a renda proveniente da agricultura impacta a desigualdade social no país, destacando que não se deve confundir ocupação agrícola com residência rural, mostrando que uma parcela significativa de quem vive no campo trabalha em atividades não agrícolas. Segundo o autor a concentração da terra entre empreendimentos agrícolas, notando

uma elevada desigualdade (Índice de Gini de 0,834 para a posse de terra), concluindo que a renda agrícola ajuda a reduzir a desigualdade total.

No que concerne especificamente à inserção juvenil no mercado de trabalho formal, Corseuil et al. (2013) identificam elevadas taxas de rotatividade entre trabalhadores jovens, argumentando que essa instabilidade compromete o acúmulo de experiência e limita a progressão salarial no longo prazo. Nesse sentido, Moura et al. (2024), com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 2010, 2019 e 2021, documentam que a expressiva maioria dos jovens formalmente empregados no setor, tanto homens quanto mulheres, concentra-se na faixa de um a dois salários mínimos, com mais da metade dos vínculos tendo duração inferior a um ano. No contexto rural, essas limitações são potencializadas por fatores estruturais, como menor fiscalização trabalhista, sazonalidade das atividades agrícolas e restrições de acesso à educação e qualificação profissional.

3. Metodologia

Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram utilizados para analisar a inserção ocupacional da juventude nos anos de 2016 e 2024. A pesquisa, de caráter contínuo e com divulgação trimestral desde 2012, investiga características demográficas e socioeconômicas da população residente no Brasil, com ênfase no mercado de trabalho (IBGE, 2025).

Para fins comparativos, os dados trimestrais foram consolidados de modo a compor uma base anual para cada um dos anos selecionados, mediante agregação dos quatro trimestres e posterior harmonização das variáveis de interesse. A análise restringe-se aos indivíduos residentes na região Sudeste e com idade entre 14 e 29 anos. Foram considerados apenas indivíduos ocupados na semana de referência, com desagregação segundo situação do domicílio (urbano ou rural), setor de atividade econômica e características sociodemográficas como sexo e cor ou raça. As estimativas foram realizadas com ponderação amostral, utilizando os pesos individuais disponibilizados pelo IBGE (V1028), de modo a garantir representatividade populacional.

A variável de formalização foi construída com base na existência de vínculo formal no trabalho principal, identificada pela presença de carteira de trabalho assinada, sendo a análise restrita aos trabalhadores elegíveis à formalização (excluindo-se empregadores e trabalhadores

por conta própria). Os rendimentos do trabalho principal foram deflacionados para valores reais de 2024, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a fim de permitir comparabilidade intertemporal entre 2016 e 2024. O Quadro 1 apresenta um resumo das variáveis utilizadas.

Quadro 1. Resumo das variáveis utilizadas e notas sobre o uso

Código	Descrição	Informações gerais
V1022	Situação do domicílio	1 = Urbano; 2 = Rural.
V1028	Peso do domicílio e das pessoas com calibração	Peso amostral
V2007	Sexo	1 = Homem; 2 = Mulher.
V2009	Idade do morador na data de referência	selecionado jovens de 14 a 29 anos.
V2010	Cor ou raça	Na análise interseccional foram consideradas mulheres negras (pretas, pardas e indígenas) e homens brancos.
V4001	Na semana de referência, trabalhou ou estagiou durante pelo menos 1 hora em atividade remunerada?	1 = Sim
V4009	Quanto trabalhos tinha na semana de referência?	Identifica o número de ocupações;
V4029	Nesse trabalho, tinha carteira de trabalho assinada?	1 = Sim; 2 = Não. Base para o cálculo da formalização.
V403312	Rendimento bruto / retirada mensal normalmente recebida no trabalho	Valor nominal em reais. Posteriormente deflacionado para valores reais com base em 2024
VD4009	Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal	Auxilia na identificação dos elegíveis para análise de carteira assinada.
VD4010	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal	Classificação setorial (Permite a comparação entre setores e a distinção agrícola/não agrícola.

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNADc.

A variável de formalização foi construída a partir da informação sobre existência de carteira de trabalho assinada no emprego principal, considerando apenas os trabalhadores elegíveis à formalização contratual. Por fim, a análise de rendimento entre meio rural e urbano foi realizada de forma desagregada por setor de atividade econômica, permitindo identificar padrões de segmentação territorial e setorial no mercado de trabalho juvenil.

A presente pesquisa se caracteriza como pesquisa exploratória básica e os resultados são apresentados em tabelas e gráficos. De acordo com Silva, et al. (2014) a pesquisa quantitativa é importante para definir e esclarecer informações sobre o objeto de estudo e Gil (2010) destaca que o estudo exploratório sobre as características de determinado grupo populacional serve como base inicial para sustentar conhecimentos a partir das estatísticas descritivas como distribuição de frequências e relativas. Posto isso, as variáveis selecionadas e

as discussões apresentadas visam atingir o objetivo proposto de apresentar a estrutura do mercado de trabalho e rendimentos do trabalho juvenil no meio rural da região Sudeste do Brasil.

4. Resultados para o meio rural

No meio rural do Sudeste, o contingente total de jovens ocupados em 2024 foi estimado em 1.820.458 indivíduos (ponderação amostral). Desses, 1.343.233 encontravam-se em posições elegíveis ao registro formal em carteira. Entretanto, praticamente metade desse grupo (49,59%) estava inserida em relações de trabalho sem formalização, o que corresponde a 666.172 jovens. Já em 2016, o contingente total foi de 2.336.725 jovens ocupados no meio rural, sendo 1.791.405 elegíveis para vínculo formal de trabalho. No montante, 58,03% dos elegíveis tinham registro formal, enquanto que 41,97% atuavam na informalidade, o que sugere a deterioração do predomínio de empregos formais, bem como do contingente da força de trabalho jovem, do setor rural ao longo do tempo até 2024. A coexistência quase simétrica entre vínculos formais e informais entre os elegíveis em 2024 indica um mercado de trabalho segmentado, no qual a formalização não constitui a norma predominante.

A Tabela 1 apresenta o comparativo entre as atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural para os anos de 2016 e 2024. Em ambos os anos, os trabalhadores inseridos em atividades não agrícolas no meio rural apresentaram percentuais de formalização mais elevados do que os das atividades agrícolas. Entre 2016 e 2024, houve queda na formalização em ambos os segmentos: na agricultura, o percentual com carteira passou de 44,65% para 37,66% e nas atividades não agrícolas, caiu de 64,93% para 57,88%.

Tabela 1. Emprego nas atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural em 2016 e 2024.

Ano	Atividade	Jovens Ocupados	Com carteira	%	Sem carteira	%
2016	Agrícola	609.078	271.965	44,65%	337.113	55,35%
2016	Não agrícola	1.182.327	767.667	64,93%	414.661	35,07%
2024	Agrícola	496.798	187.112	37,66%	309.686	62,34%
2024	Não agrícola	846.435	489.948	57,88%	356.486	42,12%

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNADc.

A análise entre setores para a formalização no meio rural revela desigualdades ainda mais acentuadas do que aquelas observadas na comparação rural e urbana. Entre as mulheres negras (pretas, pardas e indígenas), a taxa de formalização alcançou 51,04% e entre os homens brancos 81,10%, configurando diferença superior a 30 pontos percentuais em 2024. Esse resultado contrasta com os dados de 2016 que apresentaram uma vantagem de 9 pontos percentuais a favor do grupo de mulheres negras, 58,54%, ante 49,47% de formalização para homens brancos, evidenciando um distanciamento substancial entre os grupos no período.

No que se refere aos rendimentos, a disparidade é ainda mais expressiva. Em termos reais (com 2024 como ano base), os dados de 2016 evidenciavam a desigualdade de renda na proporção de 2 para 1 entre homens brancos e mulheres negras, sendo que homens brancos recebiam, em média, R\$ 2.898,19, enquanto mulheres negras auferiam R\$ 1.390,20. Em 2024, essa diferença se manteve em patamar similar, com o rendimento médio das mulheres negras no meio rural estimado em R\$ 1.548, ante R\$ 3.191 dos homens brancos.

Tais evidências indicam que a inserção ocupacional juvenil no meio rural é fortemente estruturada por hierarquias de gênero e raça, sugerindo que a informalidade e a precarização não se distribuem de forma homogênea, mas incidem de maneira diferenciada sobre grupos historicamente vulneráveis que resulta em um desequilíbrio no desenvolvimento econômico, conforme discutido em Ghose (2017).

O rendimento médio real dos jovens ocupados no meio rural do Sudeste em 2024 foi estimado em R\$ 1.770,53, superior ao ano de 2016, cuja remuneração média, a preços de 2024, foi de R\$ 1.584,94. Embora o valores superem o salário mínimo vigente em cada período, eles permanecem inferiores aos observados no meio urbano. Os dados da Tabela 2 mostram o rendimento dos setores econômicos no meio rural.

Tabela 2. Rendimento médio dos setores econômicos no meio rural para os jovens

Nº	Setor	Rendimento Médio 2016 (R\$)	Rendimento Médio 2024 (R\$)	Diferença %
1	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.380	1.742	+ 26,23
2	Indústria geral	1.967	1.841	-6,40
3	Construção	1.726	1.796	+ 4,05
4	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.667	1.758	+ 5,45
5	Transporte, armazenagem e correio	1.822	2.109	+ 15,75
6	Alojamento e alimentação	1.452	1.382	-4,83
7	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2.035	2.255	+ 10,81
8	Administração pública, defesa e seguridade social	2.439	1.673	-31,40
9	Educação, saúde humana e serviços sociais	1.893	1.975	+ 4,33
10	Outros Serviços	1.299	2.128	+ 63,81
11	Serviços domésticos	900	1.143	+ 27
12	Atividades mal definidas	577	1.980	+ 243,15

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNADc.

A Tabela 2 revela trajetórias heterogêneas no rendimento médio dos jovens ocupados no meio rural entre 2016 e 2024. Destacam-se as expressivas altas em setores como “Outros Serviços” (aumento de 63,8%) e, na atividade classificada como “Atividades mal definidas” (crescimento de 243,2%), que, embora partisse de um patamar muito baixo (R\$ 577), alcançou R\$ 1.980, sugerindo possível incorporação de ocupações antes não declaradas ou informais. Também registraram ganhos relevantes “Agricultura, pecuária” (26,2%) e “Serviços domésticos” (27,0%). Em contrapartida, houve reduções em “Administração pública, defesa e seguridade social” (-31,4%), “Indústria geral” (-6,4%) e “Alojamento e alimentação” (-4,8%). Em termos absolutos, os maiores rendimentos em 2024 concentraram-se em “Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas” (R\$ 2.255) e “Transporte, armazenagem e correio” (R\$ 2.109), enquanto os menores permaneceram em “Serviços domésticos” (R\$ 1.143) e “Agricultura, pecuária, etc.” (R\$ 1.742), evidenciando a persistência de uma estrutura setorial desigual para os jovens no campo.

Um ponto importante é que os setores de maior rendimento médio apresentam participação relativamente reduzida na estrutura ocupacional rural, como é o caso de outros serviços, Tabela 3, o quantitativo de jovens ocupados nas atividades econômicas do meio rural

Tabela 3. Quantitativo de jovens ocupados setorialmente no meio rural em 2016 e 2024

Nº	Setor	Jovens ocupados em 2016	Jovens ocupados em 2024	Diferença %
1	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	871.311	738.127	-15,28
2	Indústria geral	299.244	202.248	-32,41
3	Construção	174.638	109.598	-37,24
4	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	341.731	277.167	-18,89
5	Transporte, armazenagem e correio	61.791	45.131	-26,96
6	Alojamento e alimentação	93.443	65.908	-29,46
7	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	105.635	81.273	-23,06
8	Administração pública, defesa e seguridade social	62.216	45.156	-27,42
9	Educação, saúde humana e serviços sociais	109.659	102.559	-6,47
10	Outros Serviços	55.120	56.554	+2,60
11	Serviços domésticos	160.891	94.478	-41,27
12	Atividades mal definidas	503	790	+57,05

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNADc.

A tabela 3 evidencia uma redução generalizada do contingente de jovens ocupados no meio rural do Sudeste entre 2016 e 2024, indicando um processo consistente de retração da participação juvenil no mercado de trabalho rural. A queda é observada em praticamente todos os setores de atividade econômica, com exceção de “outros serviços” (+2,60%) e “atividades mal definidas” (+57,05%), este último com baixa representatividade absoluta. O setor agropecuário, embora permaneça como o principal empregador de jovens no meio rural, apresentou redução de 15,28% no número de ocupados, o que sugere uma perda relevante de postos de trabalho mesmo na atividade tradicionalmente dominante. Esse movimento pode estar associado a fatores como mecanização, ganhos de produtividade e reorganização produtiva, migração de jovens para o meio urbano, conforme descrito em Castro (2009) e outros.

Nos setores não agrícolas, a retração foi ainda mais intensa. Destacam-se as reduções na construção (-37,24%), nos serviços domésticos (-41,27%) e na indústria geral (-32,41%), indicando um encolhimento expressivo das oportunidades de inserção ocupacional juvenil fora da agropecuária. Esse resultado sugere que a diversificação das atividades no meio rural não tem sido suficiente para absorver a força de trabalho jovem.

Para aprofundar a análise das desigualdades territoriais no mercado de trabalho juvenil, apresentam-se dois gráficos comparativos sobre o rendimento setorial rural e urbano para os anos de 2016 (Figura 1) e 2024 (Figura 2). Em ambos, são exibidos os rendimentos médios reais dos jovens ocupados no meio rural e no meio urbano, desagregados por setor de atividade econômica. Os setores de maior rendimento em 2016 no meio rural foram os setores de “Adm. Pública” seguido por “informação/finanças” e “indústria”. A Figura 2 apresenta os rendimentos médios reais dos jovens ocupados na região Sudeste em 2024. Observa-se que, em todos os setores analisados, os rendimentos médios no meio urbano superam aqueles do meio rural, evidenciando a persistência de um diferencial territorial no mercado de trabalho juvenil.

Os maiores níveis de rendimento concentram-se nos setores de administração pública e de informação, comunicação e atividades financeiras, tanto no meio urbano quanto no rural. No entanto, mesmo nesses segmentos de maior qualificação, o hiato entre os dois espaços permanece expressivo, sugerindo que o acesso a ocupações mais produtivas não elimina as disparidades territoriais.

Figura 1. Rendimento setorial rural e urbano de jovens no Sudeste em 2016

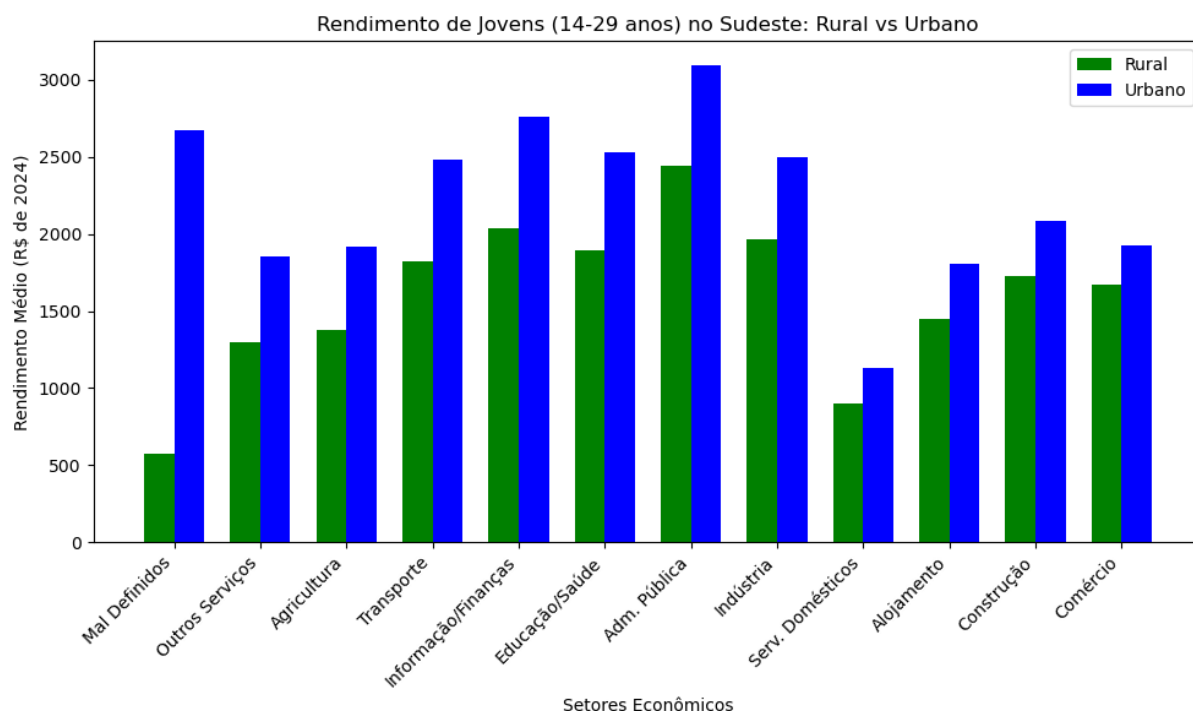
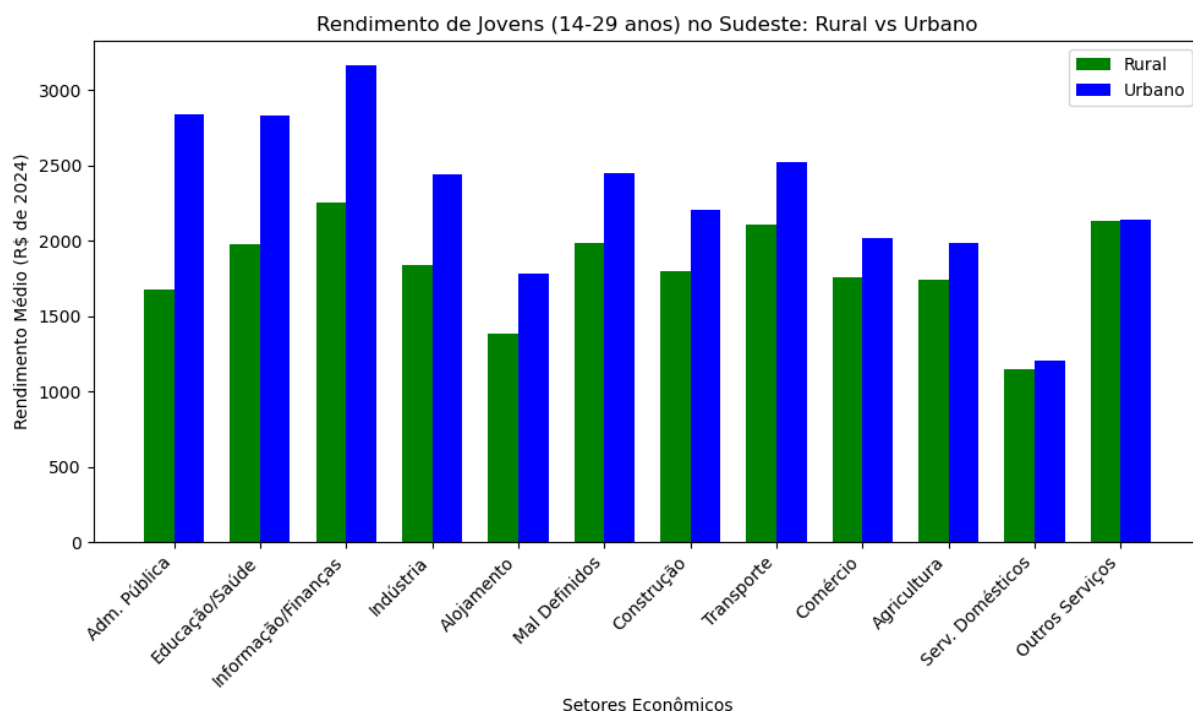


Figura 2 – Rendimento setorial rural e urbano de jovens no Sudeste em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da PNADc.

Setores caracterizados por menor exigência de qualificação, como serviços domésticos e alojamento e alimentação, apresentam os menores rendimentos médios, sobretudo no meio

rural. Esse padrão reforça a associação entre baixa qualificação, maior incidência de informalidade e menores níveis de remuneração. De forma geral, os resultados indicam que a desigualdade de rendimentos entre jovens no Sudeste não se restringe às diferenças setoriais, mas também reflete uma segmentação territorial persistente, na qual o meio rural se encontra sistematicamente em desvantagem.

Observa-se, contudo, uma elevação generalizada dos rendimentos médios reais entre 2016 e 2024, tanto no meio rural quanto no urbano, indicando ganhos reais no período. Apesar disso, a magnitude do diferencial territorial mantém-se relativamente estável, sugerindo que o crescimento dos rendimentos ocorreu de forma paralela entre os dois espaços, sem redução substantiva das desigualdades. Adicionalmente, verifica-se que os setores de maior remuneração como administração pública e atividades de informação e finanças continuam concentrando os maiores diferenciais absolutos entre rural e urbano, o que indica que a segmentação territorial tende a ser mais intensa justamente nos segmentos mais dinâmicos e intensivos em capital humano mais qualificado.

Os resultados apresentados evidenciam a complexidade da dinâmica do trabalho juvenil rural. A queda na formalização entre 2016 e 2024, tanto no meio urbano quanto no rural, com agravamento mais acentuado no campo, indicam que a visão estruturalista de que a heterogeneidade produtiva e as limitações das economias periféricas podem estar presentes no mercado de trabalho juvenil rural conforme discutido em Ghose (2017), o que suscita novas pesquisas.

A acentuada disparidade entre atividades agrícolas e não agrícolas reflete a dualidade entre um segmento modernizado e outro de baixa produtividade, ainda que a modernização tecnológica, conforme apontam Bustos et al. (2016) e Alvarez (2020), produza efeitos heterogêneos sobre o emprego juvenil. No âmbito dos rendimentos, a expressiva variação setorial revelou que entre 2016 e 2024 houve reestruturação das oportunidades no campo, ao passo que a persistente desigualdade de renda por raça e gênero (destacado pelo cruzamento de informação entre homem branco e mulher negra) confirmando a reprodução estrutural de hierarquias sociais já amplamente documentadas (Hoffmann; Ney, 2011). Apesar de transformações setoriais e de ganhos pontuais de renda, o trabalho juvenil no meio rural permanece marcado pela informalidade e por desigualdades que desafiam as políticas públicas.

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a estrutura do mercado de trabalho e os rendimentos do trabalho juvenil no meio rural da região Sudeste, em perspectiva comparativa entre 2016 e 2024, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Os resultados apresentados buscaram responder à questão sobre como se caracteriza a estrutura do assalariamento juvenil rural na região Sudeste e quais desigualdades setoriais, de formalização e de rendimento marcaram os anos de análise. Para tanto, foram empregadas estatísticas descritivas com uso de pesos amostrais, contemplando jovens de 14 a 29 anos, com recortes por situação de domicílio (rural), setores de atividade econômica, posição na ocupação e características sociodemográficas.

Os resultados evidenciam um quadro de retrocesso ou estagnação nas condições de inserção laboral dos jovens rurais no Sudeste. Entre 2016 e 2024, observou-se redução tanto no número total de jovens ocupados no meio rural quanto nos percentuais de formalização, com queda mais acentuada no setor agrícola (de 44,65% para 37,66% entre os elegíveis) em relação ao não agrícola (de 64,93% para 57,88%). A desigualdade setorial se manteve significativa, com os segmentos agrícolas e de serviços domésticos apresentando os menores índices de formalização e os menores rendimentos médios. No tocante aos rendimentos, enquanto alguns setores, como “Outros Serviços” e “Atividades mal definidas”, exibiram aumentos expressivos, outros, como a indústria geral e a administração pública, registraram perdas reais. Além disso, a disparidade de gênero e raça persistiu em patamar elevado, com as mulheres negras auferindo rendimento médio aproximadamente a metade do percebido pelos homens brancos, tanto em 2016 quanto em 2024. Esses achados corroboram a literatura que aponta a informalidade estrutural, a heterogeneidade produtiva e a reprodução de hierarquias sociais como traços duradouros do mercado de trabalho rural brasileiro.

Como limitações, destaca-se o fato de a PNAD Contínua não capturar integralmente a sazonalidade das ocupações agrícolas e a rotatividade típica do trabalho juvenil, aspectos que poderiam ser melhor explorados com dados administrativos como a RAIS. Ademais, o recorte regional para o Sudeste, embora relevante do ponto de vista econômico, impede generalizações para outras regiões com dinâmicas produtivas e institucionais distintas. Para futuros avanços, sugere-se a realização de análises longitudinais que acompanhem as trajetórias dos jovens rurais entre ocupações formais e informais, bem como estudos qualitativos que investiguem os determinantes da permanência ou migração desse contingente. Também se mostra necessária a

incorporação de discussões sobre o papel das instituições com a finalidade de compreender melhor os fatores que condicionam a formalização e a qualidade do trabalho juvenil no meio rural.

Referências

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista latinoamericana de ciencias Sociales, **Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CARVALHO, Sandro Sacchet de; NOGUEIRA, Mauro Oddo. Uma Análise Conceitual da Informalidade e da Precarização do Trabalho. **Dados**, v. 68, n. 4, p. e20230215, 2025.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FOGUEL, Miguel Nathan; GONZAGA, Gustavo; RIBEIRO, Eduardo Pontual. A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. Nota Técnica IPEA, Mercado de Trabalho, n. 55, ago. 2013.

GHOSE, Ajit K. Informality and Development. The Indian Journal of Labour Economics, v. 60, n. 1, p. 1-16, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo, 2010

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 5-22, abr./maio/jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD contínua 2016. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2016 Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD contínua 2024. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2024 Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: o que é. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 jun. 2025.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

MALONEY, William F. Informality revisited. *World development*, v. 32, n. 7, p. 1159-1178, 2004.

MOSER, Ana Cláudia; THEIS, Ivo Marcos. Investimentos em C&T e desigualdades socioespaciais no Brasil. **Tempo Social**, v. 26, p. 187-207, 2014.

MOURA, José Ediglê Alcantara; SOUZA JÚNIOR, Moacir de; LIMA, Filipe Augusto Xavier; CAMPOS, Kilmer Coelho. Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro: tendências e perspectivas. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 202-226, 2024. ISSN 2177-2886.

NEV, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**, v. 4, n. 1, p. 113-152, jan./jun. 2003.

RIBEIRO, Cássio Garcia; CARDOZO, Soraia Aparecida; MARTINS, Humberto. Dinâmica regional da indústria de transformação no Brasil (2000-2017). **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, p. e202120, 2021.

SCHNEIDER, Sergio. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Redes**. Santa Cruz do Sul. Vol. 9, n. 3 (set./dez. 2004), p. 75-109, 2004.

SILVA, Dirceu.; LOPES, Evandro Luiz.; BRAGA JÚNIOR, Sérgio Silva. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v.5, n.1, p.1-18, jan./abr. 2004.

SOBRINHO, Ednaldo Moreno Góis; AZZONI, Carlos Roberto. Potencial inovativo da indústria nas regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 275-304, 2016.

VIEIRA, Rodrigo de S. Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial. São Paulo: UNESP; **Cultura Acadêmica**, 2009. 103 p. ISBN 978-85-7983-013-6. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ytpcw>. Acesso em: 15 abr. 2025.

WENG, Xiaoxue. The rural informal economy: Understanding drivers and livelihood impacts in agriculture, timber and mining. London: IIED, 2015. (IIED Working Paper). Disponível em: <http://pubs.iied.org/16590IIED> . Acesso em: 23 mar. 2026.